



1508 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 06 - Formação de Professores

OS QUATRO MARCOS LEGAIS DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Andressa Grazielle Brandt - UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA
Márcia de Souza Hobold - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE
Agência e/ou Instituição Financiadora: UFSC; IFC - Campus Camboriú

Resumo

Objetiva-se na presente pesquisa analisar os quatro marcos legais do curso de Pedagogia no Brasil, no que se refere aos limites e às possibilidades para a formação de professores. Apresenta-se como questão central de pesquisa: como ao longo da constituição do curso de Pedagogia foram se constituindo nos seus quatro currículos? É uma pesquisa de abordagem qualitativa, com desenvolvimento de análise documental da legislação do curso de Pedagogia, por meio da técnica a análise de conteúdo para a obtenção/elaboração das análises propostas. Os autores basilares dessa pesquisa são Bissolli da Silva (2010) e Scheibe (2003). Os resultados parciais mostraram os quatro marcos legais que constituíram os currículos dos cursos de Pedagogia ao longo de sua constituição histórica, são: 1) Decreto-lei nº 1190/1939; 2) Parecer nº 251/62; 3) Parecer nº 252/69; e Resolução CFE nº 2/69; e 4) Parecer CNE/CP nº 5/2005; e Resolução CNE/CP nº 1/2006. Constatou-se que os quatro marcos legais apresentam elementos de mudança e continuidade que influenciaram diretamente a constituição histórica dos currículos de formação de professores no país.

OS QUATRO MARCOS LEGAIS DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Resumo

Objetiva-se na presente pesquisa analisar os quatro marcos legais do curso de Pedagogia no Brasil, no que se refere aos limites e às possibilidades para a formação de professores. Apresenta-se como questão central de pesquisa: como ao longo da constituição do curso de Pedagogia foram se constituindo nos seus quatro currículos? É uma pesquisa de abordagem qualitativa, com desenvolvimento de análise documental da legislação do curso de Pedagogia, por meio da técnica a análise de conteúdo para a obtenção/elaboração das análises propostas. Os autores basilares dessa pesquisa são Bissolli da Silva (2010) e Scheibe (2003). Os resultados parciais mostraram os quatro marcos legais que constituíram os currículos dos cursos de Pedagogia ao longo de sua constituição histórica, são: 1) Decreto-lei nº 1190/1939; 2) Parecer nº 251/62; 3) Parecer nº 252/69; e Resolução CFE nº 2/69; e 4) Parecer CNE/CP nº 5/2005; e Resolução CNE/CP nº 1/2006. Constatou-se que os quatro marcos legais apresentam elementos de mudança e continuidade que influenciaram diretamente a constituição histórica dos currículos de formação de professores no país.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia. Formação Inicial de Professores. Currículo do curso de Pedagogia. Formação de professores.

Introdução

Ao longo da história da educação no Brasil, se apresentaram como aspectos desafiadores para os cursos de formação inicial de professores, como: a relação dos pontos de profissionalização e de qualificação dos profissionais da educação; a superação dos problemas da dicotomia teoria e prática, da separação entre ensino e pesquisa, do tratamento diferenciado dispensado aos alunos do bacharelado e da licenciatura, da falta de integração entre as disciplinas de conteúdo específico e as pedagógicas; e o distanciamento existente entre a formação acadêmica e as questões práticas encontradas pelos professores no contexto das instituições educacionais.

Em consequência, constitui-se como foco central das análises pesquisar os aspectos que influenciaram a constituição histórica dos currículos dos cursos de Pedagogia no Brasil, ao longo dos seus quatro marcos legais, consequentemente na formação do pedagogo, principalmente após as promulgação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia - DCNP (2006) que passou a ter como foco de formação à docência.

Diante do conjunto de questionamentos sobre o debate que está colocado no Brasil acerca da formação de professores no Curso de Pedagogia, em particular após as DCNP (2006) e a atual Diretrizes Curriculares Nacionais da Formação de Professores - DCNFP (2015), é que se estrutura a questão central de pesquisa: **como ao longo da constituição do curso de Pedagogia foram se constituindo os seus quatro currículos?**

Referencial teórico

Compreendemos que há um vasto repertório de publicações sobre a história do Curso de Pedagogia no Brasil, julgamos não ser necessário sua explanação aqui. Porém, destacamos que é nesse contexto histórico que se definiu a constituição dos quatro modelos de desenvolvimento curricular do Curso de Pedagogia no Brasil. Conforme Scheibe (2003, p. 180), “[...] o Curso de Licenciatura é o lugar de formação do educador, como espaço de articulação entre formação de quadros para a docência e gestão da escola, produção e divulgação do conhecimento pedagógico [...]”.

Tendo em vista que nos interessa pesquisar e analisar os modelos de formação de professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental e a Educação Infantil em nível superior, podemos afirmar que as Escolas Normais, ao longo do século XX, mais especificamente até a década de 1960, expressaram a predominância do modelo pedagógico-didático, integrando forma e conteúdo no seu desenvolvimento de ensino.

Segundo Bissolli da Silva (2010) os marcos legais do curso de Pedagogia foram fortemente marcados pelas discussões do campo da educação para pensar e discutir os rumos da formação inicial de professores no país. Nesses processos de discussão ao longo da constituição histórica do CPe, de acordo com o último marco legal, às DCNP (2006) chegou-se à conclusão de que a dimensão da docência, dever ser a base de formação de todos os professores, ou seja, deve estar contemplada como princípio em todos os cursos de licenciatura, em especial nos de Pedagogia.

Portanto, pretendemos compreender a concepção de formação de professores, as mudanças e continuidade em cada marco legal através do aporte teórico elucidado, analisando os quatro marcos legais do curso de Pedagogia no Brasil.

Procedimentos metodológicos

Para alcançarmos os objetivos da pesquisa, a investigação terá um percurso metodológico de abordagem qualitativa. A abordagem de pesquisa qualitativa “defende uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas”. (GATTI; ANDRÉ, 2010, p.30).

Em relação ao procedimentos, utilizamos a pesquisa documental, com análise dos documentos da legislação específica do CPe e dos Projetos Pedagógicos de Curso, os quais dialogam entre si e fornecem os elementos para a construção das categorias de análise.

No que tange às técnicas e instrumentos de análise dos documentos do corpus documental escolhido, a presente pesquisa utilizará a técnica de análise de conteúdo para compreensão dos dados coletados. Enquanto técnica de pesquisa “[...]. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações”. (SEVERINO, 2007, p. 121).

Resultados e discussões

A análise aqui, portanto, desenvolveu um estudo teórico e empírico da constituição histórica do currículo de Pedagogia. A constituição das quatro fases a partir de cada marco legal do curso de Pedagogia no Brasil, culminaram em seus quatro currículos, tratados anteriormente, conforme o quadro, a seguir:

Currículo do curso de Pedagogia	Marco Legal do Curso
v Primeiro currículo	- Decreto-lei nº 1190, de 4 de abril de 1939. Organização da Faculdade Nacional de Filosofia. Criação do Curso de Pedagogia.
v Segundo currículo	- Parecer nº 251/62, do Conselho Federal de Educação (CFE);
v Terceiro currículo	- Parecer nº 252/69, do Conselho Federal de Educação (CFE); - Resolução CFE nº 2/69, que fixa os mínimos de conteúdo a serem observados na organização do Curso de Pedagogia.
v Quarto currículo	- Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005. Diretrizes curriculares da pedagogia; - Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Licenciatura).

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018)

Ressalta-se que a análise leva em consideração os fatores sociais, políticos, culturais, econômicos, administrativos e educacionais de cada período estudado, para que se possa ter clareza sobre qual concepção de educação estava posta em cada período estudado.

Abordamos, portanto, a história do CPe fazendo um entrelaçamento com a constituição de seus quatro currículos e alguns fatores relacionados a cada modelo em questão, como os contexto da legislação, da administração, da gestão, das instituições educacionais e do movimento dos educadores vigentes em casa período histórico, considerando o campo curricular quer como um processo sociopolítico e socioeducativo de um país, quer como a expressão do projeto curricular e didático de um espaço educacional.

Afirmamos que, para entender o currículo do CPe, seus limites e potencialidades, é preciso compreender a constituição do seu desenvolvimento curricular ao longo da sua história, o que só é possível de ser alcançado ao se analisar o plano maior da educação no Brasil

Considerações finais

Evidenciamos que, na nossa perspectiva, a solução para uma formação mais integral dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil não está na justaposição de conteúdos cognitivos específicos da área de formação com os conteúdos didáticos-pedagógicos, mas sim com uma prática pedagógica e curricular que dê conta de formar um profissional que consiga atuar de forma

significativa nos reais problemas de instrução enfrentados pelos estudantes da Educação Básica em nosso país.

Assim, destacamos que a história do CPe no Brasil está fortemente imbricada na constituição histórica dos cursos superiores para a formação dos profissionais da educação. Nesse processo, primeiramente se formava o professor através do bacharelado e, após um ano cursando a disciplina de Didática, formava-se o licenciado. Com o decorrer das conquistas dos educadores, o CPe passou a formar somente o licenciado.

Atualmente, a formação tem a docência como base da identidade profissional do pedagogo, uma formação que chamamos de generalista, na qual o foco maior está na formação do professor para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Essa identidade teve maior destaque com construção das atuais DCNP (2006).

Referências

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 251/1962. Currículo mínimo e duração do Curso de Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, **Documento**, nº 11, 1963a. p. 59-65.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução CFE nº 62/1962. Fixa o currículo mínimo e a duração do Curso de Pedagogia. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, **Documento**, nº 11, 1963b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006. Diretrizes curriculares da pedagogia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 maio 2006b, seção 1, p. 11. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescon/2006/resolucao-1-22-dezembro-2006-548-706-norma-pl.html>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 252/1969. Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdos e duração para o curso de graduação em pedagogia. Relator Valnir Chagas. **Documento**, nº 100, 1969a. p. 101-179.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 2, de 11 de abril de 1969. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização do Curso de Pedagogia. **Documento**, nº 100, 1969b. p. 113-117.

_____. Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Organização da Faculdade Nacional de Filosofia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 mar. 1939, seção 1, p. 7929. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1190.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BISSOLLI DA SILVA, C. S. **Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

GATTI, B. A.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29-38.

SCHEIBE, Leda. Formação de professores e pedagogos na perspectiva da LDB. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Formação de Educadores: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2003. p. 171- 183.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.